

## Os Outros do Jornalismo

---

Carla Baptista  
Universidade Nova de Lisboa

*Resumo:*

O compromisso dos jornalistas com a sua profissão passa pela defesa de uma trincheira ética que não pode ceder face a valores de mercado. Mesmo que o jornalista não seja um filósofo, a natureza do seu trabalho obriga-o a reflectir sobre a forma como os outros são enquadrados: objectos de notícia utilizados e rapidamente esquecidos em "peças" jornalísticas, ou sujeitos providos de um rosto onde, em dias de sol, se vislumbra a face de Deus, como dizia E. Levinas.

*Palavras-Chave:*

Jornalismo; Ética jornalística; Outros do Jornalismo.

Tomamos como princípio que a narrativa jornalística é um discurso e, como todo o discurso, "não pode deixar de ser acerca de qualquer coisa" (Ricoeur, 1976: 48).

O jornalismo é mesmo a antítese do texto absoluto ou do texto sem referência, onde se poderia enquadrar alguns (poucos) casos de poesia, como a de Mallarmé.

A ideologia jornalística ancora fortemente a narrativa jornalística ao real. Os jornais são objectos pesados, prenes de factos, histórias concretas, relatos do agir e do pensar das pessoas no mundo.

O jornalismo pretende contar o mundo de um modo factual e descritivo. Nelson Traquina adianta que é “absurdo” tentar responder à pergunta o que é o jornalismo porque o jornalismo “é a vida, em todas as suas dimensões, como uma enciclopédia” (Traquina, 2002: 9).

Claro que um poeta ou um escritor poderiam responder, da mesma forma, que a poesia ou a literatura são a vida. O que dá especificidade à escrita jornalística é uma grelha ideológica de apropriação e captura dessa vida num modelo narrativo relativamente estável que permite, a qualquer leitor, de qualquer país, reconhecer imediatamente um jornal e alimentar um determinado número de expectativas sobre o que, e em que moldes, esse jornal deve oferecer aos seus leitores.

Alguns pensam que o jornalismo se resume à aprendizagem de umas quantas técnicas de redacção de notícias que se podem ensinar rapidamente, como se ensina alguém a reparar um pneu furado ou a montar prateleiras numa estante.

Outros, embora reconhecendo os múltiplos condicionalismos da profissão, colocam o jornalista muito mais do lado do intelectual do que do técnico. Um intelectual que deve conformar a sua actividade de investigação e busca da verdade a uma determinada disciplina metodológica: saber reconhecer os acontecimentos que podem constituir notícias, saber quais os procedimentos que deve adoptar para as elaborar, saber narrá-las.

Estes saberes, que constituem a competência profissional específica do jornalista, foram apelidados de “vocabulário de precedentes” por Ericson, Baranek e Chan (1998), mas existem, desde sempre, palavras muito mais populares para os descrever: o *faro* para a notícia, a incómoda insistência que leva o jornalista a averiguar e a verificar os factos e, por fim, a resumi-los numa linguagem simples, curta e objectiva.

Embora funcionando segundo regras fluídas e flexíveis, a melhor prova de que os jornalistas se constituem enquanto comunidade interpretativa<sup>1</sup> – existe uma cultura, uma linguagem e uma identidade jornalística que convergem para a adopção de um determinado filtro ou maneira de ver e contar a realidade – é verificar a semelhança das estórias que diariamente povoam os jornais.

Essa relativa homogeneidade confirma que os jornalistas mobilizam critérios de selecção, tratamento e narração de notícias, não de uma forma aleatória ou caprichosa, mas baseados num conjunto de valores comuns.

E para que serve tudo isso? Não é simplesmente para vender jornais e aumentar os lucros da empresa. Serve para melhorar o mundo, para (idealmente) promover a democracia e a cidadania, para vigiar os poderosos e dar voz aos mais fracos.

A existência de um campo jornalístico pressupõe múltiplas relações entre vários actores sociais que encetam estratégias de competição e/ou cooperação

tendo em vista a obtenção de determinados recursos: poder, visibilidade, legitimidade social, reconhecimento, etc.

A questão de que nos vamos ocupar neste texto é justamente saber se o jornalismo funciona como um espaço fechado de reprodução da ideologia dominante ou se oferece um espaço aberto a todos os agentes sociais na luta política e social.

Segundo Nelson Traquina: “O jornalismo tem uma autonomia relativa e os jornalistas têm poder; os jornalistas são participantes activos na definição e na construção de notícias e, por consequência, na construção da realidade” (Traquina, ob.cit.: 14).

Esta também é a nossa convicção: os jornalistas são poderosos. Importa, pois, questionar a forma como usam esse poder que as sociedades modernas lhes atribuem: de forma integradora, em prol do bem comum; ou de forma usurpadora e omissa em relação às necessidades dos outros à volta.

O outro, em jornalismo, são múltiplos outros. Existe o outro leitor, que é a razão de ser do texto jornalístico. Enquanto um escritor não deixa de o ser mesmo que o seu texto nunca seja lido por outros, o jornalista precisa dos leitores para legitimar a sua existência profissional.

Um jornalista raramente se lê pela excelência da sua escrita, embora seja agradável e mais estimulante quando a boa informação se conjuga com a boa prosa. Um jornalista lê-se pela necessidade de estar ligado ao mundo e à actualidade, por curiosidade, por dever, por fastio, hábito ou ociosidade.

Existe ainda o outro sujeito da notícia – aquele que é contado na estória, a personagem jornalística<sup>2</sup>. Nalguns géneros jornalísticos, como a entrevista, a reportagem ou o perfil, o esforço do jornalista é direccionado para a composição de uma imagem nítida e objectiva deste outro.

Existem, ainda, os outros jornalistas que, pelo facto de coexistirem, competirem e se vigiarem mutuamente, determinam muitos dos procedimentos e estratégias que são adoptados, estória a estória, para a sua captura e tratamento.

Quando uma estória é “boa”, segundo os critérios de noticiabilidade mais comuns – a actualidade, a relevância, o impacto, a proximidade, a notoriedade dos intervenientes, o seu carácter inesperado ou extraordinário – os jornalistas não decidem sensatamente que não vale a pena preocuparem-se todos com o mesmo assunto.

Pelo contrário, competem furiosamente pela revelação de mais detalhes, numa deriva que às vezes acaba por deixar para trás a missão principal do jornalismo: informar de forma objectiva e rigorosa os cidadãos para que estes possam formar a sua própria opinião sobre assuntos de interesse público.

A questão do poder dos jornalistas prende-se necessariamente com a forma como todos estes outros são articulados e pensados pelo jornalismo, pelo menos no plano teórico.

Esse é o campo da ética e da deontologia jornalística: assegurar que o poder se usa de forma legítima e controlada, preocupar-se com os fins e as consequências das práticas jornalísticas.

Regras jurídicas, códigos e valores morais, ditames económicos ou de gestão, tudo isto condiciona a escolha do notável que o jornalista efectua todos os dias.

Essa liberdade de escolher o que deve ou não deve ser contado, publicitado, no sentido habermasiano, é “uma liberdade enquadrada, portanto. Mas uma liberdade real”. (Cornu, 1999: 266).

Daniel Cornu define esta liberdade, “em primeiríssimo lugar, como uma liberdade de recusa: recusar tarefas que em consciência não se reconhece o direito de cumprir ou negar o abandono de processos provados de confirmação da informação” (Cornu, ob.cit: 266).

Para salientar a importância dos jornalistas protegerem esta linha de resistência, este “poder de reacção”, no sentido dado por Crozier e Friedberg, de um poder que não é atribuído de forma *natural* a determinados actores simplesmente porque se situam nos lugares cimeiros de uma pirâmide hierárquica, mas é um poder que permanentemente se negocia em relações de troca, Cornu acrescenta que “é unicamente pela afirmação da sua liberdade, apoiada na demonstração das suas competências – elemento evidentemente decisivo – que [o jornalista] traçará as fronteiras do seu território” (ob.cit.: 267).

Devido à natureza extrovertida do trabalho jornalístico, a afirmação desta liberdade não deve fazer-se de forma individual – um jornalista em vivo debate interno com a sua própria consciência atormentada é bastante inútil em termos de resultados para a comunidade – mas no interior das redacções, das associações que representam os jornalistas, tomados como espaços capazes de fornecer e sustentar uma orientação normativa para a prática profissional.

Algumas iniciativas dos jornais, como é o caso dos provedores dos leitores, por exemplo, são uma forma de conduzir essa discussão para o espaço público real, obrigando os jornalistas a explicar e a justificar a escolha de determinado assunto ou enquadramento noticioso, os títulos, o destaque concedido, as omissões, os exageros, as deturpações, etc.

A existência de regras deontológicas é um bom princípio, mas estas devem ser legitimadas por todos os intervenientes no processo de construção das notícias.

Daniel Cornu define esta exigência de forma exemplar: “Há circunstâncias – provocadas na maior parte das vezes por situações inesperadas ou por derrapagens caracterizadas – nas quais se impõe que sejam postos à prova os fins e os meios da actividade jornalística. Tais circunstâncias permitem operar uma junção entre preocupações simplesmente reguladoras e uma exigência de legitimação das normas. Impõem que não nos satisfaçamos mais com um saber prático, *mas que exijamos sentido*”. (ob.cit.: 270, itálico é nosso).

A maioria dessas circunstâncias configura casos de abuso (ou mau uso) de poder dos jornalistas, atropelos aos direitos e às liberdades dos outros, seja os definidos pelos direitos da personalidade (imagem, privacidade, bom nome), seja os consagrados em termos de código penal (difamação, calúnia e outros).

Mas também há muitos casos em que, sem violar a lei, o jornalista perde o outro de vista.

Um jornalismo que reflecta sobre estes temas é um jornalismo que busca a sua ética. Um jornalismo ético não se esgota no escrupuloso respeito pelos códigos deontológicos, livros de estilo e lei de imprensa.

Organizações mediáticas responsáveis são algo de bom em si mas não chegam para assegurar um jornalismo ético, quer dizer, um jornalismo comprometido com a comunidade. As liberdades constitucionais e as limitações presentes nos estatutos e outros documentos das empresas jornalísticas fornecem critérios ou balizas mínimas para a actuação dos jornalistas.

A lei diz-lhes o que podem fazer sem reacear o castigo/punição e o que não devem fazer a não ser que estejam dispostos a enfrentar as consequências judiciais por essas acções.

A ética diz-nos o que devemos fazer, e não há necessariamente um castigo ou uma recompensa associado a uma obrigação ética ou moral. A maioria das decisões tomadas pelos jornalistas (publicar ou não uma foto potencialmente embaraçosa para alguém, revelar determinada informação, escolher o ângulo de abordagem de uma determinada notícia) escapam ao âmbito da lei.

Mesmo numa sociedade sem lei, mantêm-se as obrigações éticas. A lei não pode servir de sustentáculo ou base para a ética.

Deni Elliot apela para que os jornalistas considerem a moralidade do agente e não das acções, propondo o seguinte princípio ético – não causar mal desnecessário: “Não causar mal desnecessário significa não causar dor, sofrimento ou incapacidade a outras pessoas, ou privá-las de prazer, a não ser que haja uma boa razão para isso” (Elliot, 1997:6).

O mal que os jornalistas (frequentemente) causam justifica-se muitas vezes no âmbito da responsabilidade social da imprensa, por exemplo, na denúncia e exposição de casos de corrupção ou má governação. “Cada tarefa social implica determinados privilégios e responsabilidade. Causar dano justifica-se quando os jornalistas fornecem aos cidadãos informação necessária para a sua auto-governação. Causar dano justifica-se menos quando os jornalistas providenciam aos cidadãos informação de uma natureza mais electiva” (Elliot, ob.cit.: 9)

A missão geral da imprensa consiste em informar o cidadão para que este possa formar a sua opinião. Mas a notícia, pela sua natureza, não reflecte mais do que uma parcela ou fragmento da realidade. A notícia assinala um acontecimento, nunca nos dá a totalidade desse acontecimento.

Na visão da notícia como acontecimento, verdade quer dizer, sobretudo, exactidão – nos detalhes, nas coordenadas, nos intervenientes, na ordem dos factos. Na visão da notícia como processo, a verdade supõe uma procura, uma revelação de factos ocultos, uma relação entre esses factos – uma ordem ou construção do sentido que faça emergir uma imagem da realidade. A verdade jornalística é, neste caso, apenas a verdade possível.

Quando o jornalismo privilegia a observação, o estar lá, o ver ou dar a ver, o estabelecer o contacto entre vários discursos simultâneos e equivalentes, em detrimento da interpretação, da contextualização e da análise, a realidade perde sentido. O jornalismo é uma actividade de busca de um sentido que não é dado, não existe na natureza em estado puro, tem de ser construído.

Uma autora como Gaye Tuckman salienta o “ritual estratégico da objectividade”, que se traduz no apagamento das marcas de subjectividade e no seguimento de certos trâmites processuais que funcionam como “garantia de verdade e de justiça”, como seja ouvir sempre os dois lados da questão, confrontar a informação, verificar a informação e procurar fontes credíveis.

Jay Rosen<sup>3</sup> critica a ideia de objectividade como “separação” – tal como esta se expressa na tradição anglo-saxónica, separação entre opinião e informação, entre factos e comentários – preferindo a ideia de objectividade como contextualização, como vem descrita na Declaração da Unesco de 1983 sobre os media.

Este documento consagra que: “A tarefa primordial do jornalista é servir o direito do povo a uma informação verídica e autêntica através de um apego honesto à realidade objectiva, colocando conscientemente os factos no seu contexto adequado, relevando os seus elos essenciais, sem provocar distorções, desenvolvendo toda a capacidade criativa do jornalista, para que o público receba um material apropriado que lhe permita formar uma imagem precisa e coerente do mundo, em que a origem, a natureza e a essência dos acontecimentos, processos e situações, sejam compreendidos de uma forma tão objectiva quanto possível” (citado por Cornu, ob.cit.: 76).

A verdade possível, plural, fragmentária, que a notícia nos dá é habitada pela “tensão” que Paul Ricoeur identifica em qualquer busca da verdade, ocorra ela na ciência, na política ou na metafísica.

O jornalista tem de lidar com muitas ordens de verdade – verdade dos factos, verdade das opiniões e juízos que reproduz, verdade das formas de expressão próprias da sua profissão. Para alguns, serão verdades a mais. Mas, o que é preferível? – uma verdade mutável, imprecisa, que faz muitos bradarem contra a volubilidade da informação veiculada pelos media; ou a imposição de um totalitarismo da verdade?

O que parece consensual é a necessidade do jornalista ver *para lá* dos factos. Como sublinha Daniel Cornu, “existem factos que mentem (porque isolados

do seu contexto), julgamentos que deformam (porque se baseiam num interesse), uma boa fé que ilude (porque presa no erro)" (ob. cit.: 321).

Este autor, jornalista veterano, recomenda a todos os jornalistas a leitura das primeiras páginas de "A Cartuxa de Parma", de Stendhal, onde o protagonista, embora presente na frente da batalha de Waterloo, só consegue apreender fragmentos desconexos da realidade caótica que se vai desenrolando à frente dos seus olhos.

Também Richard Rudin e Trevor Ibbotson afirmam que "o jornalismo envolve a escolha e a edição de informação, comentários e acontecimentos numa forma reconhecidamente diferente da pura forma em que ocorreram. Jornalismo é sobre colocar factos, ideias e controvérsias num contexto. É sobre selecção e apresentação. Acima de tudo, é sobre a verificação da validade, da verdade ou da representatividade das acções e das opiniões" (Rudin, Ibbotson, 2002: 5).

A aposta do jornalismo moderno, centrada nas novas tecnologias de informação, tem menosprezado este lado interpretativo constitutivo da profissão. Por vezes, temos a impressão que os media, e a televisão em particular, se limitam a oferecer o espaço onde todos os discursos podem fluir, sem análise ou filtro prévio, na esperança de que uma entidade qualquer (Deus, o diabo, o mercado?) faça depois a necessária triagem.

O jornalista precisa apenas de estar lá, no sítio e no momento certos, equipado com os seus artefactos técnicos que lhe permitem captar as imagens, os sons, os factos, e difundi-los rapidamente, de preferência no momento mesmo em que ocorrem.

São exemplo disso a opção frequente que as televisões fazem por longuíssimos directos, que exigem logísticas impressionantes, obrigando à montagem de dispositivos cénicos que acabam por condicionar a própria realidade dos factos ou, pelo menos, a forma como estes se dão a ver. Podemos ter a sorte que a vida (ou a morte, como no 11 de Setembro) seja captada em directo. Mas, na maior parte dos casos, a vida passa ao lado ou segue dentro de momentos.

Também é reflexo dessa escolha – e isso é que é importante sublinhar, trata-se de uma escolha, individual (do jornalista) e colectiva (da empresa jornalística) e não de uma necessidade ou imposição – a divulgação precipitada de informações não confirmadas que muitas vezes se contradizem nas edições ou emissões seguintes sem sequer cumprir os rituais de reconhecimento do erro.

Talvez seja neste sentido que E. Levinas propõe uma rectidão do olhar que passa por um certo resguardo das imagens. "Pergunto-me se podemos falar de um olhar voltado para o rosto, porque o olhar é conhecimento, percepção. Penso antes que o acesso ao rosto é, num primeiro momento, ético. Quando se vê um nariz, os olhos, uma testa, um queixo e se podem descrever, é que nos voltamos para outrem como para um objecto. A melhor maneira de encontrar

outrem é nem sequer atentar na cor dos olhos! Quando se observa a cor dos olhos, não se está em relação social com outrem. A relação com o rosto pode, sem dúvida, ser dominada pela percepção, mas o que é especificamente rosto é o que não se reduz a ele" (Levinas, 1988: 77).

O jornalismo nunca atingirá a radicalidade da visão de Levinas relativamente ao outro, em parte porque, se o fizesse, desaparecia como narrativa. O jornalismo interessa-se por personagens e factos num contexto. "Toda a significação, no sentido habitual do termo, é relativa a um contexto: o sentido de uma coisa está na sua relação com outra coisa. Aqui, pelo contrário, o rosto é sentido só para ele. Tu és tu. Neste sentido, pode dizer-se que o rosto não é visto. Ele é que não se pode transformar num conteúdo, que o nosso pensamento abarcaria; é o incontível, leva-nos além" (Levinas, ob.cit.: 78).

É certo que o jornalismo não se interessa pelo "incontível" pois, justamente, foi-se historicamente autonomizando como uma profissão cuja especificidade consiste em conter a realidade (contá-la, prendê-la numa narrativa com determinadas regras de escrita e códigos de recepção). Há sempre uma rigidez no discurso jornalístico, mesmo no mais veloz, um olhar *para trás* e não *para além*, como será porventura mais próprio do olhar filosófico.

Mas, por contraste, será necessário reduzir quase tudo, quase sempre, "à cor dos olhos?" Ou, nas palavras de Marc Guillaume, "prendre l'autre par l'autrui", num movimento que este autor apelida de "elisão do outro" (Guillaume, 1993: 19).

Na visão deste autor, tal como na de Jean Baudrillard, os media instituem uma comunicação "espectral", onde os corpos reais são substituídos pelas sombras, pelos fantasmas que se multiplicam, pelas máscaras. "Ser espectral é ser em diferentes faces e investir apenas uma face no interface comunicacional" (ob.cit.: 34).

Talvez exista ainda no mundo um jardim secreto, uma espécie de Xangri-Lá, onde a verdadeira face do "eu" se possa dar a ver: seja a ideia de Deus no rosto de alguém, ou a alma que habita o espectro errante. Será, porém, um lugar bem distante da geografia dos media.

### Notas:

<sup>1</sup> O conceito de comunidade interpretativa, a que também chama "tribo jornalística", tem sido trabalhado por Nelson Traquina (ver, por exemplo, o artigo publicado no número 1 da revista *Media e Jornalismo*, pág. 45) e é definido pelo autor como a partilha "de quadros de referência comuns para além das fronteiras nacionais, incluindo valores-notícia".

<sup>2</sup> Mário Mesquita, em artigo publicado na revista *Recherches en Communication*, nº 11 (1999), refere-se à criação de personagens como "uma actividade estruturante das práticas e do discurso jornalístico" (pág. 171).



<sup>3</sup> Rosen, Jay, 1993, "Para além da Objectividade", in *Revista de Comunicação e Linguagens*, número 27, Lisboa.

## **Bibliografia**

- Baudrillard, Jean e Guillaume, Marc, 1994, *Figures de l'Alterité*, Paris: Descartes & Cie.
- Cornu, Daniel, 1999, *Jornalismo e Verdade, Para uma Ética da Informação*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Elliot, Deni e Cohen, D. Elliot, 1988, *Journalism Ethics*, Santa Barbara, California: ABC-Clio.
- Ericson, R., Baranek, P e Chan, J., 1987, *Visualizing Deviance: a Study of News Organization*, Toronto: University of Toronto Press.
- Levinas, Emmanuel, 1988, *Ética e Infinito*, Lisboa: Edições 70.
- Ricoeur, Paul, 1976, *Teoria da Interpretação*, Lisboa: Edições 70.
- Rosen, Jay, 1993, "Para além da Objectividade", in *Revista de Comunicação e Linguagens*, número 27, Lisboa.
- Rudin, Richard e Ibbotson, Trevor, 2002, *An Introduction to Journalism, Essential techniques and background knowledge*, Oxford: Focal Press.
- Traquina, Nelson, 2002, *O que é Jornalismo*, Lisboa: Quimera.
- Tuchman, Gaye, "Objectivity as Strategic Ritual: an Examination of Newsmen's Notions of Objectivity", in Traquina, Nelson (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*, Lisboa, Vega, 1993.

